



Aumento real para aposentados entra no relatório do Orçamento

Genaldino Magalhães/Senado Federal



Deputado Arlindo Chignalia apresenta seu relatório preliminar na sessão que aprovou o documento, ao lado dos senadores Vital do Rêgo e Walter Pinheiro

Perspectiva de reajuste acima da inflação foi incluída no texto preliminar aprovado ontem em comissão, com índice a ser negociado

A Comissão Mista aprovou o relatório preliminar do Orçamento 2012, que prevê possibilidade de aumento real para aposentados e pensionistas do INSS que recebem acima de um salário mínimo. O percentual teria que ser negociado com o governo.

O valor das emendas individuais dos parlamentares aumentou de R\$ 13 milhões para R\$ 15 milhões, e a diferença terá que ser direcionada à saúde. Foram rejeitadas propostas de reajuste para servidores do Judiciário e do Ministério Público da União. **5**

Para gestores, margens de rios devem ser ampliadas

Na Comissão de Meio Ambiente, debatedores defendem alteração do Código Florestal para que áreas de proteção permanente atendam população ribeirinha. **6**



Pedro Ubiratan, Rodrigo Rollemberg, João Gilberto Conejo e Maria Teresa Piedade, durante debate ontem na CMA

Lia de Paula/Senado Federal

Aprovação de benefício fiscal a estados pode ser facilitado **4**

Ampliação do Supersimples é comemorada em Plenário **4**

Produtor quer ajuda da indústria para preservar **7**

Presidente da CRA, Acir Gurgacz (C), coordena debate entre produtores rurais e industriais



Márcia Kallume/Senado Federal

Polícia não está preparada para Copa, diz agente do RJ

Em audiência, diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio afirmou que megaeventos esportivos exigem treinamento especial. **2**

Márcia Kallume/Senado Federal



Entre Ruy Carlos Pereira e Pinheiro Guimarães (D), Mozarildo Cavalcanti dirige reunião na CRE

Diplomata vê Mercosul como escudo contra "tsunami"

Nome de Ruy Carlos Pereira foi aprovado ontem pela CRE como delegado do Brasil no Mercosul e na Aladi. **3**

José Cruz/Senado Federal



Observado pela senadora Lídice de Mata, Camilo Sales Dornelas fala sobre a preparação dos policiais civis e militares para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016

Polícia ainda não está pronta para a Copa, diz agente do RJ

Segundo diretor de entidade policial, as ações de segurança adotadas em megaeventos esportivos, como Copa e Olimpíadas, não podem ser as mesmas adotadas no dia a dia

A CRIAÇÃO DE modelo de policiamento específico para grandes eventos é o principal desafio a ser vencido pelo setor de segurança para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A avaliação é do diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Camilo Sales Dornelas. Ele participou ontem de audiência pública sobre a rede de proteção social necessária para esses grandes eventos.

Dornelas ressaltou que o policiamento nessas ocasiões precisa ser diferente do policiamento rotineiro. De acordo com ele, no entanto, pouco foi investido nas últimas décadas na formação de policiais, para que eles saibam lidar com os

turistas e os problemas típicos dos megaeventos.

O diretor pediu mais investimentos públicos em capacitação e treinamento de policiais civis e militares:

– A preparação [da segurança pública] para a Copa do Mundo passa pelo investimento no homem. O principal e fundamental é que a gente invista no homem, no policial. Podemos até investir em tecnologia, mas o principal é o investimento em capacitação, em treinamento, de forma que ele internalize essa doutrina – argumentou.

Dornelas também disse que não basta intensificar o policiamento e as ações de segurança apenas nos bairros que receberão as competições esportivas:

– Não basta olhar só o Maracanã. Não basta olhar só o entorno da cidade olímpica. Temos que olhar também todos os outros eventos paralelos que vão ocorrer.

De acordo com ele, a Polícia Civil do Rio de Janeiro já deu início a uma série de cursos de capacitação.

– Estamos criando um curso de capacitação para a polícia em grandes eventos. Esse curso visa capacitá-los em inglês, em espanhol e na atividade rotineira dele no contato com o turista – explicou.

A audiência de ontem foi realizada pela Subcomissão Temporária para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.

Violência é maior temor do brasileiro durante evento

Durante a audiência de ontem, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que pesquisas de opinião apontam que a violência nas ruas é a principal preocupação dos brasileiros em relação à Copa de 2014 – superando a construção dos estádios e a mobilidade urbana.

Como exemplo da possibilidade de sucesso no policiamento de grandes eventos, Lídice – que é presidente da Subcomissão

Temporária para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 – citou a ação integrada entre as polícias civil, militar e federal durante os Jogos Panamericanos de 2007, no Rio.

Na audiência, a senadora questionou o diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Camilo Sales Dornelas, sobre a articulação entre as polícias

para a Copa e as Olimpíadas.

Segundo ele, ações estão sendo tomadas, como a realização de seminários e a criação de grupos de trabalho para discutir a preparação das polícias. Ele defendeu a integração com empresas de segurança privada:

– A segurança privada hoje no Brasil conta com 1,6 milhão de profissionais. Se juntarmos todas as polícias do Brasil, não chegamos a esse número.

Dirigente de banco latino-americano de fomento se reúne com Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se ontem com o presidente executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Enrique García, para discutir parcerias em empreendimentos nas cidades que receberão jogos da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

– Eu queria informar ao presidente Sarney que o Banco de Desenvolvimento da América Latina, do qual o Brasil é membro, possui um termo de compromisso voltado para a integração dos países latino-americanos. E eu destaco a grande importância do Brasil para a integração dos países sul-americanos.

García mostrou-se preocupa-

do com a proteção das economias dos países americanos em razão dos problemas gerados pela crise europeia, referindo-se especialmente aos casos da Grécia e da Itália.

Para ele, o modelo da economia brasileira é o mais coerente para este momento. O êxito brasileiro deve-se, segundo ele, ao método “cauteloso” de administração econômica.

Também participou do encontro de ontem a diretora do banco no Brasil, Moira Paz-Estensoro. Ela falou das perspectivas de investimentos e parcerias no Brasil e disse que os megaeventos esportivos permitirão ao país exibir todo o seu potencial desenvolvimentista.



Enrique García, presidente executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina, conversa com José Sarney sobre recursos para a Copa e as Olimpíadas

Jane Araújo/Senado Federal

Saídas da crise mundial são tema do *Diplomacia*, da TV Senado

O termo moratória assustou o mundo há alguns anos e parece ter virado consenso como solução para resolver a crise financeira mundial que ronda países emergentes como o Brasil. Na edição de novembro do *Diplomacia*, a revista de política internacional da TV Senado analisa o quadro mundial e aponta as saídas possíveis na visão de economistas, movimentos sociais e parlamentares.

O *Diplomacia* traz ainda análise sobre os reflexos no Brasil

da reeleição da presidente da Argentina, Cristina Kirchner, e a queixa de produtores de trigo e de arroz do Sul do Brasil contra a importação desses grãos da Argentina e do Uruguai. Eles querem medidas protecionistas para o setor.

No quadro *Diplomacia Entrevista*, o convidado é o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR). O programa será transmitido amanhã, às 12h30 e às 22h30.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pronunciamentos

9h Sem a votação de projetos, a sessão é não deliberativa e destina-se a discursos de senadores. Entre os inscritos, Eduardo Suplicy (PT-SP), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Geovani Borges (PMDB-AP).

CMA Legislação para as florestas

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promove audiência pública sobre o tema “A reforma do Código Florestal e as florestas”.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jane Araújo/Senado Federal

O presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), Marco Antônio Rey de Faria, convidou o presidente José Sarney para participar do Fórum de Saúde Ocular, em 29 de fevereiro, no Auditório Petrônio Portella.

– Vamos construir um documento para o governo com sugestões de ações para a melhoria da saúde ocular

– disse Marco Antônio, explicando que as causas da cegueira no Brasil serão o foco do fórum e que o evento será uma oportunidade de discutir a questão com senadores e deputados, buscando mecanismos para ampliar o atendimento oftalmológico à população brasileira. O presidente do CBO estava acompanhado de conselheiros da entidade.



Giovanni Sulla (E), Mário Pereira, Cristovam Buarque e Fabrizio Giberna

Veteranos poderão visitar lugares onde lutaram na Itália

Os veteranos brasileiros da 2ª Guerra Mundial poderão participar, em maio de 2012, de visita às cidades italianas onde atuou a Força Expedicionária Brasileira (FEB). O anúncio foi feito ontem pelo administrador do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia, na Itália, Mário Pereira, durante audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A audiência foi realizada por iniciativa do presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), para celebrar a memória da participação dos brasileiros no esforço de libertação da Itália ao final da 2ª Guerra. Os soldados brasileiros chegaram à Itália em julho de 1944. E 465 deles perderam suas vidas em solo italiano.

O administrador do monumento em homenagem aos soldados brasileiros relatou que até hoje existe, na Itália, sentimento de gratidão aos integrantes da FEB, especialmente pela solidariedade

que eles ofereceram ao povo italiano, que já se encontrava em guerra havia cinco anos.

– Os soldados brasileiros nunca deixaram de ser humanos. Eles deram uma nova esperança ao povo italiano – disse Pereira, que foi acompanhado, na audiência, pelo historiador Giovanni Sulla e pelo artista Fabrizio Giberna.

Pouco antes, os integrantes da comissão haviam recebido a deputada Abike Dabiri-Erewa, presidente da Comissão da Diáspora da Câmara de Deputados da Nigéria. Acompanhada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ela relatou durante o encontro os problemas enfrentados por imigrantes nigerianos ilegais no Brasil. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que presidiu a reunião, disse que o Brasil deve cuidar dos nigerianos “da melhor forma possível”, até mesmo como compensação pelo sofrimento de habitantes da região onde hoje se encontra a Nigéria que foram transportados para o Brasil como escravos.

Suplicy apoia imposto mundial sobre transações financeiras

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que um imposto internacional sobre transações financeiras poderia ser usado para combater a pobreza no mundo.

Suplicy destacou que o tema foi abordado na reunião do G20, grupo de países em desenvolvimento, realizado na França na semana passada. Suplicy contou que, durante o encontro, vários líderes europeus reafirmaram a intenção da União Europeia em instituir um imposto sobre transações financeiras. A ideia é fazer esse imposto chegar a

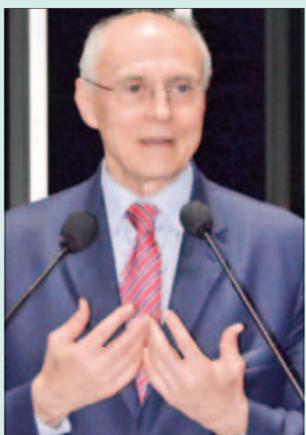
vários países do mundo.

O parlamentar também informou que os líderes do G20 debateram a adoção de um piso básico de proteção social para combater a pobreza extrema. Segundo o senador, o imposto poderia financiar o piso.

De acordo com o senador, a presidente da República, Dilma Rousseff, já disse que o Brasil poderia adotar o imposto se houvesse um acordo mundial. O senador ainda afirmou que além de Dilma, o presidente da França, Nikolas Sarkozy, e a primeira ministra da Alemanha, Angela Merkel, também manifestaram apoio à medida.

Suplicy afirmou que um imposto desse tipo poderia ser progressivo, conforme o país adotante. Segundo o senador, a destinação do valor desse imposto para ações de combate à miséria seria um passo importante para a adoção de uma renda básica de cidadania.

– O valor arrecadado seria suficiente para aliviar a pobreza extrema do mundo, em especial a dos países da África – argumentou o senador.



Senador defende nova fonte de recursos para combater a pobreza

Comissão de Relações Exteriores aprova Ruy Carlos Pereira para o posto de delegado permanente do Brasil no Mercosul e na Aladi. Indicação presidencial segue para Plenário

Embaixador diz que Mercosul evitará “tsunami econômico”

A INTEGRAÇÃO DO Brasil com o Mercosul proporcionará ao país uma grande proteção contra o “tsunami econômico e financeiro que se aproxima”, na opinião do ministro de primeira classe Ruy Carlos Pereira, cuja indicação para delegado permanente do Brasil no Mercosul e na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A mensagem presidencial com a indicação será agora examinada pelo Plenário.

Segundo Pereira, que há cinco anos trabalha como cônsul-geral do Brasil em Montevideu, Uruguai, sede da Aladi e do Mercosul, as dificuldades econômicas enfrentadas no momento – especialmente por países europeus – ressaltarão a importância da integração continental para manter o que chamou de “vitalidade e

dinamismo” da economia brasileira e dos três outros sócios do bloco – Argentina, Paraguai e Uruguai.

– Temos uma oportunidade histórica pela frente. Vamos primeiro levantar os diques das fronteiras externas do Mercosul e então superar os obstáculos que ainda encontramos internamente à integração, superando isto que se convencionou chamar de união aduaneira imperfeita – sugeriu Pereira.

O embaixador indicado ressaltou o papel da Aladi no início do processo de integração continental, há mais de 50 anos. Se, com a associação, o Brasil “aprendeu a fazer integração”, comparou, com o Mercosul as empresas brasileiras aprenderam a internacionalizar as suas atividades, uma vez que o bloco é o principal destino dos investimentos brasileiros no exterior.

O comércio entre os quatro



Fontes: lbge.gov.br, aladi.org e mercosul.gov.br

países do Mercosul, lembrou ainda o embaixador, pulou de US\$ 1 bilhão em 1990 para US\$ 44 bilhões em 2010. O forte crescimento, observou, tem “especial importância” para a economia brasileira, uma vez que 93% dos produtos vendidos pelo Brasil aos demais países do bloco são de alto valor agregado.



Na sessão, Ruy Carlos Pereira (E) ao lado de Mozarildo Cavalcanti, Aloysio Nunes e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diplomata defende construção da cidadania do bloco econômico

Pereira ressaltou o compromisso assumido pelo Mercosul no ano passado com a implantação de programa de cidadania. Em sua opinião, faltam ainda ao Mercosul “um rosto, uma fotografia, uma carteira de identidade”. Além do comércio, observou, a integração deve beneficiar os habitantes dos países que integram o bloco e abrir caminho para o que chamou de “sentido de pertencimento”.

– Nos próximos dez anos, vamos cuidar da construção dessa cidadania, para que, quando o Tratado de Assunção completar 30 anos, tenhamos o cidadão do Mercosul – defendeu Pereira.

Durante o debate que se seguiu à sua apresentação inicial, Roberto Requião (PMDB-PR) pediu que a integração com os países vizinhos não seja apenas retórica, mas também prática. Ele citou o exemplo de ponte construída há 18 anos na

fronteira do estado do Paraná com a Argentina, que até hoje funciona de forma precária pela falta de pessoal da Polícia Federal e da Receita Federal.

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu empenho do embaixador indicado para que no Mercosul não exista apenas a livre circulação de bens e serviços, mas também de seres humanos. Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da mensagem presidencial, ressaltou a necessidade de o Mercosul aprofundar a sua integração sem cometer os “mesmos erros” dos europeus, atualmente afetados por uma forte crise econômica e política.

Pedro Taques (PDT-MT) defendeu esforço conjunto com os países vizinhos no combate a “preconceitos” que seriam estimulados pela forma como cada país opta por transmitir às novas gerações a história sul-americana.

Aprovado acordo Brasil-Belize sobre educação

Ainda durante a reunião, a comissão aprovou parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 239/11, que ratifica acordo de cooperação em educação com o governo de Belize, assinado em abril de 2010. O relator foi Cristovam Buarque (PDT-DF).

Também foi aprovado requerimento de Anibal Diniz (PT-AC) para a realização de audiência pública com a presença do presidente do Congresso da República do Peru, deputado Daniel Abugattás, para discutir a intensificação das relações diplomáticas e comerciais entre os dois países, com a conclusão da rodovia interoceânica ligando o Brasil aos portos do oceano Pacífico.



Lúcia Vânia/Senado Federal



Lúcia Vânia/Senado Federal

Lúcia Vânia (E) preside reunião da Comissão de Infraestrutura com a presença dos senadores Delcídio do Amaral, Blairo Maggi e Vicentinho Alves (D)

Projeto facilita concessão de incentivos pelo Confaz

Atualmente, benefícios fiscais relativos ao ICMS só podem ser concedidos por unanimidade dos integrantes do órgão. Proposta aprovada ontem na CI muda o critério para três quintos

O CONSELHO NACIONAL de Política Fazendária (Confaz) poderá passar a aprovar concessão e revogação de benefícios fiscais relativos ao ICMS por maioria qualificada de três quintos. A atual legislação exige que as concessões sejam decididas por unanimidade das unidades da Federação e as revogações, por maioria de quatro quintos.

O projeto de lei de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que flexibiliza as decisões do Confaz (PLS 240/06 – Complementar) foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Agora, a proposta – que modifica a lei que trata dos convênios para a concessão de isenções do ICMS (Lei Complementar 24/75) – será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No projeto original, Flexa Ribeiro sugeriu que as deci-

sões fossem tomadas por quatro quintos do colegiado, mas emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO) fixou a maioria de três quintos.

O parlamentar disse que “a ditadura da minoria” impede que os estados menos desenvolvidos sejam beneficiados com incentivos fiscais.

– Basta um estado não concordar e nada é feito. Tudo que era feito em relação aos estados menos desenvolvidos era considerado inconstitucional.

Lobão Filho (PMDB-MA) afirma em seu relatório, lido por Blairo Maggi (PR-MT), que a exigência de unanimidade para aprovar ou ratificar convênios é o que impede a formulação e execução de política tributária pelos estados. O relator também ressalta que é impossível ajustar políticas uniformes que atendam a todas as unidades da

Federação, uma vez que o Brasil é heterogêneo.

– Atualmente está sacramentado o poder de veto individual – observou Blairo Maggi.

A Constituição atribui ao Confaz o papel de deliberar sobre concessão de incentivos fiscais em ICMS, informou Lobão Filho. No entanto, não estabelece ritos nem quórum para suas decisões, o que é feito por lei complementar, explicou Blairo Maggi.

Na avaliação de Blairo, o Confaz tem a possibilidade de fazer a reforma tributária que o Congresso não consegue realizar. No Parlamento, disse o senador, não é possível realizar muitas mudanças, pois há pressões e os interesses se sobrepõem. A proposta, em sua opinião, vai gerar transformação na política econômica do país.

Comissão convida Miriam Belchior para falar do PAC

A ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, será convidada a prestar esclarecimentos na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre os investimentos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com ênfase no setor urbano.

A decisão foi tomada a partir de iniciativa de Walter Pinheiro (PT-BA) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente do colegiado. Eles querem que a ministra aborde o assunto levando em conta o projeto do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, será convidado a dar informações sobre contrato de concessão firmado com a empresa ViaBahia, em especial no que se refere a trecho da BR-324 (Salvador–Feira de Santana).

Representante da empresa deverá acompanhar o diretor da agência, conforme solicitaram Walter Pinheiro, Lídice da Mata (PSB-BA) e João Durval (PDT-BA)

Furnas poderá emprestar dinheiro junto ao BID para modernização

Por meio de dois projetos de resolução, o Plenário autorizou o município de Hortolândia (SP) e a Furnas Centrais Elétricas a contratar empréstimos externos. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já aprovou os projetos, que vão à promulgação.

A prefeitura de Hortolândia poderá contratar operação de crédito externo de até US\$ 22,13 milhões, com garantia da União, junto à Cooperação Andina de Fomento (CAF), para o financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana

e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia – Infraurbe (PRS 53/11).

Já a empresa Furnas Centrais Elétricas foi autorizada a tomar emprestado, com aval da União, até US\$ 128,66 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar parcialmente o projeto de modernização das hidrelétricas Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho (PRS 54/11).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Delcídio do Amaral (PT-MS) relataram os projetos, respectivamente.



Na CAE, Aloysio Nunes recomendou autorização a município paulista

Lúcia Vânia/Senado Federal

Presidente sanciona reajuste dos limites do Simples Nacional

A presidente Dilma Rousseff sancionou, ontem, a lei que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Supersimples), regime especial de tributação que possibilita o pagamento de diversos tributos por meio de alíquota única.

A receita bruta anual máxima para que as microempresas possam optar pelo regime simplificado passa de R\$ 240 mil

para R\$ 360 mil por ano. Para a pequena empresa, a nova faixa de enquadramento vai de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões.

O limite para o empreendedor individual foi ampliado de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anuais.

Essas medidas começam a valer a partir de 1º de janeiro de 2012.

O projeto que deu origem à lei (PLC 77/11) foi aprovado no Plenário do Senado em 5 de outubro.

José Pimentel elogia atualização do Supersimples

José Pimentel (PT-CE) comemorou a sanção da lei que atualiza o Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Ele foi o relator do projeto, aprovado por unanimidade no Senado.

O texto atualiza o teto de enquadramento da receita bruta no Simples Nacional de mais de 5,6 milhões de empresários, o que representa 72% das pessoas jurídicas do país, responsáveis por 59% dos empregos com carteira assinada.



Relator do projeto no Senado, Pimentel aponta importância da lei

Waldemir Barreto/Senado Federal

O fortalecimento das micro e pequenas empresas, observou o senador, é importante para o aquecimento do mercado e o desenvolvimento econômico e social, o que também causa impactos no combate à crise financeira mundial.



Waldemir Barreto/Senado Federal

A simplificação tributária facilita a contratação, afirma Romero Jucá

Jucá espera maior formalização do emprego

Romero Jucá (PMDB-RR) disse ontem que a sanção do Supersimples representa um passo importante para a formalização do trabalho no Brasil, para o crescimento econômico e para a geração de empregos, sobretudo nos estados menos desenvolvidos.

– Sem dúvida nenhuma, com a elevação do teto, com a condição de simplificação tributária que tem o Supersimples, as micro e pequenas empresas poderão atuar melhor. E isso vai levar à ampliação do nível de emprego.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Será mais fácil abrir e registrar empresas, avalia Renan Calheiros

Renan diz que nova lei simplifica rotinas e processos

Além de ampliar o teto do faturamento para o enquadramento dos micro e pequenos empresários no Simples Nacional, a sanção da Lei Complementar 77/11 irá desburocratizar os procedimentos para esse segmento do empresariado brasileiro.

A avaliação foi feita por Renan Calheiros (PMDB-AL), segundo o qual as medidas de desburocratização, como a simplificação para a abertura e registro da empresa, vão permitir economia de tempo e otimização de rotinas.

Requião pede mais firmeza contra crise

Roberto Requião (PMDB-PR) avaliou que o governo tem sido tímido diante da crise mundial e defendeu maior intervenção do Estado. Ele leu artigo do economista Carlos Lessa em que faz duras críticas à especulação financeira, sugere controle cambial e preferência a fornecedores brasileiros nas compras públicas, e elogia a atitude do ex-presidente Lula, que orientou os bancos oficiais



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador recorre a economista e propõe maior intervenção do Estado a expandir o crédito. Para Requião, as iniciativas do governo brasileiro são “homeopáticas”, e a crise exige “soluções mais pesadas, soluções alopatóicas”. – O discurso está correto; a prática está deixando a desejar.

Walter Pinheiro resalta esforço pelo entendimento

O relator do Plano Plurianual (PPA) 2012–2015, Walter Pinheiro (PT-BA), enfatizou seu esforço para obter maior entendimento na elaboração do projeto. Ele disse que o novo desafio é “transformar o PPA na espinha dorsal do planejamento e da execução em nosso país”. Segundo o senador, as emendas devem ser apresentadas até o dia 23.

O PPA 2012–2015 prevê gastos superiores a R\$ 5,4 trilhões, o que representa um incremento de 38% em relação ao PPA 2008–2011. A maioria das despesas se concentra em programas temáticos na área social, seguida do setor de infraestrutura e desenvolvimento produtivo e ambiental.

Em seu discurso, o senador ainda lamentou os alagamentos e desabamentos causados pela forte chuva e pelos ventos



Senador anuncia novos prazos para apresentação de emendas ao PPA

em Salvador, com vítimas fatais. Ele enfatizou a importância da criação de centros de emergência nas capitais e nos estados, principalmente para aumentar a capacidade de prevenção de desastres, como prevê sua proposta de criação de um plano nacional de emergência.

Pinheiro pediu ainda a participação empresarial na formação da mão de obra especializada. Ele enalteceu a decisão governamental de criar 100 mil bolsas de estudos em entidades estrangeiras, até 2014.

Moka propôs emendas para área de transporte

Waldemir Moka (PMDB-MS) comemorou o aproveitamento, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), de quatro emendas que propôs ao projeto do Plano Plurianual para 2012–2015. As emendas preveem investimentos de R\$ 9,7 bilhões em obras de ferrovias, dutos de transporte de combustível e rodovia.

De acordo com o senador, para a expansão da ferrovia Ferroeste, uma de suas emendas propõe R\$ 2,5 bilhões. A ferrovia faz a ligação de estados produtores de grãos, como Paraná e Mato Grosso do Sul, além de Rio Grande do Sul e São Paulo. Outra emenda trata da implantação do sistema de escoamento de combustíveis (poliduto) entre Paraná, Mato



Das cinco emendas de despesa acatadas pela CI, três são de Moka

Grosso do Sul e Mato Grosso. Além de uma emenda de redação, Moka sugeriu ainda R\$ 1,2 bilhão para a duplicação da BR-163.

A CI selecionou ontem as emendas que encaminhará ao relator do Plano Plurianual, Walter Pinheiro (PT-BA). Delcídio do Amaral (PT-MS), responsável pela seleção, recomendou cinco emendas de despesa que somam R\$ 8,2 bilhões.

Emendas destinam R\$ 1,03 bilhão para a revitalização ambiental

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) apresentará ao projeto de lei do Plano Plurianual cinco emendas que totalizam R\$ 1,03 bilhão. A maior delas destina R\$ 500 milhões para programas de revitalização ambiental e para o desenvolvimento sustentável da bacia do rio Parnaíba. A segunda emenda em termos de volume de recursos destina R\$ 200 milhões para o desenvolvimento de pesquisas no Pantanal, visando gerar conhecimentos científicos e tecnológicos para a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais.

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), foram aprovadas 19 emendas, que serão encaminhadas à CMO para análise de mérito. A maioria favorece ações de associativismo rural e de inovação tecnológica voltada ao setor agrícola. Também fortalecem as ações da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa) e de projetos de economia solidária, bem como ampliam os recursos destinados ao seguro rural.

As emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) estruturam unidades de atenção à saúde; as da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ampliam a participação da sociedade no monitoramento dos programas. E as da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) preveem ampliação do número de creches.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou quatro emendas, todas destinadas à alteração do valor referente ao desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar constante do projeto KC-X da Embraer.

Entre as seis emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), está a sugestão de auditoria na dívida pública federal, segundo projeto de Marinor Brito (PSOL-PA).

Comissão aprova relatório preliminar do Orçamento 2012 com possibilidade de aumento real para aposentados e pensionistas. Índice será decidido em negociação com o governo

Aposentados: perspectiva de reajuste acima da inflação

APOSENTADOS E PENSIONISTAS do INSS que ganham mais de um salário mínimo terão a chance de conseguir aumento real no ano que vem. A possibilidade foi incluída no relatório preliminar do Orçamento 2012 (PL 28/11), aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Ainda não foi estabelecido um percentual, que deve ser definido por meio de negociações entre governo, representantes dos aposentados e centrais sindicais. Inicialmente, o governo havia reservado no Orçamento apenas a reposição da inflação deste ano pelo INPC, o que daria 5,7% de reajuste. A categoria reivindica 11,7%, equivalentes à reposição da inflação de 2011, mais 80% do crescimento do produto interno bruto (PIB).

Depois de muita negociação entre as lideranças, o relatório do deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) foi aprovado com a previsão de elevar de R\$ 13 milhões para R\$ 15 milhões os valores das emendas



Chinaglia apresenta seu relatório ao lado do presidente da CMO, Vital do Rêgo

individuais a que cada parlamentar tem direito. A diferença deverá ser direcionada exclusivamente à área da saúde.

A apresentação de emendas populares beneficiando municípios de até 50 mil habitantes foi outro ponto polêmico. Ficou definido que os recursos de iniciativa popular também deverão ser gastos na saúde. Para isso, prefeituras e câmaras de vereadores terão até o início de dezembro para realizar

audiências públicas onde se debaterá como as verbas serão aplicadas. No total, são R\$ 2,2 bilhões. Se o município não especificar destino, o dinheiro vai para a estruturação da rede de saúde básica.

– As emendas populares vão beneficiar mais de 4.900 municípios, sendo que muitos deles não têm sequer unidades de atendimento de emergência ou maternidades – justificou o relator, Arlindo Chinaglia.

Servidores da Justiça criticam rejeição de aumento

Os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União, que lotaram o Plenário da CMO, ficaram insatisfeitos com o relatório: as emendas prevendo reajustes para as categorias em 2012 foram rejeitadas, depois de muita discussão entre a base governista e a oposição.

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU (Fenajufe), as categorias estão há cinco anos sem reposição salarial. O líder do governo na Câmara dos Deputados, Gilmar Machado (PT-MG), informou que a renegociação com os servidores

está preservada no processo de revisão do Orçamento.

– Não adianta aprovarmos agora, e a presidente Dilma

vetar posteriormente. A porta ainda está aberta, e as reivindicações são legítimas – ponderou o relator, Arlindo Chinaglia.



Plenário da comissão ficou lotado por representantes dos servidores

Emendas devem ser apresentadas até o dia 23

As emendas ao relatório, que deverão ser apresentadas entre 14 e 23 de novembro, serão distribuídas aos relatores setoriais e posteriormente anexadas ao relatório final, a ser votado em dezembro.

No total, foram apresentadas 283 emendas, e Arlindo Chinaglia deu parecer pela aprovação total de cinco emendas, pela aprovação parcial de outras 32 emendas e pela rejeição das demais.

Lídice da Mata quer emendas sobre portos e educação superior

Lídice da Mata (PSB-BA) informou que, nas emendas ao projeto orçamentário, a banca da Bahia vai priorizar a interiorização da educação superior e os portos públicos.

A senadora afirmou que é preciso continuar os avanços conseguidos no primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff. Em 2011, foram instaladas duas universidades no estado – a Universidade do Sul da Bahia e a Universidade do Oeste Baiano.

Sobre os portos, Lídice afirmou que é preciso investir no terminal de granéis líquidos, que opera com taxa de ocupação média de 75%. A falta de investimento, segundo a senadora, compromete a competitividade do Polo Petroquímico de Camaçari.

Já o terminal de granéis sólidos do Porto de Aratu tem potencial de crescimento na movimentação equivalente a 300% nos próximos cinco anos, segundo a senadora.

Verbas para ministérios e empresas públicas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou a abertura de créditos adicionais a diversos ministérios e a empresas públicas da administração indireta da União. Entre eles, os ministérios da Justiça e da Defesa foram beneficiados com R\$ 16,5 milhões, destinados a

obras de construção do anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e à implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, em Lagoa Santa (MG).

Outro projeto destina R\$ 90,9 milhões ao Ministério do Planejamento para que o

Brasil honre compromissos assumidos com a integralização de cotas em organismos financeiros internacionais e para que a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) invista em cursos de educação continuada presenciais e a distância para servidores públicos.

Em debate na Comissão de Meio Ambiente, pesquisadores e gestores de recursos hídricos apontam necessidade de modificar a proposta do novo Código Florestal para assegurar atividades de baixo impacto ambiental à beira dos rios

Especialistas apontam relevância das APPs para ribeirinhos e para as cidades

PESQUISADORA DO INSTITUTO Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Maria Teresa Piedade deu o tom do debate realizado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) ao sugerir que o texto do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11) seja modificado para que as áreas de preservação permanente (APPs) nas margens dos rios sejam delimitadas a partir das bordas quando as águas estiverem no nível mais alto. Ela argumenta que o novo código deve assegurar a manutenção das áreas inundáveis, também chamadas de áreas úmidas, que representam 20% do território brasileiro, pelo seu relevante papel para o meio ambiente e para as populações ribeirinhas.

– A vegetação nas áreas alagáveis incorpora carbono, com produtividade superior às florestas de terra firme; regula o sistema hidrológico; protege as margens da erosão; é importante *habitat* para a fauna aquática; e, principalmente, tem relevância inestimável para as populações ribeirinhas, povos tradicionais e indígenas – frisou, apontando que, se for mantido no novo código o leito regular como regra para APP, as florestas das áreas alagáveis estarão desprotegidas. As populações ribeirinhas, por realizarem atividades de baixo impacto ambiental, devem ter assegurado o direito de uso dos recursos das APPs, insistiu.

O diretor da Área de Regulação da Agência Nacional de Águas (ANA), João Gilberto Lotufo Conejo, enfatizou a necessidade de ampliar as parcerias



Stela Goldenstein, Pedro Ubiratan, Rodrigo Rollemberg, João Gilberto Conejo e Maria Teresa Piedade na CMA

com a população nas ações de preservação dos rios. Ele citou o Programa Produtor de Água, que visa remunerar os agricultores que preservam as matas ao longo dos rios que alimentam bacias estratégicas.

Ao comentar o assunto, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, defendeu proposta de direcionar parte da tarifa de energia elétrica para fundo visando financiar o pagamento por serviços ambientais. Stela Goldenstein, ex-secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ressaltou que a manutenção de matas ciliares a partir do leito maior dos rios contribui para evitar enchentes e inundações nas cidades.

Pedro Ubiratan, chefe da Procuradoria-Geral de São Paulo em Brasília, destacou que a legislação deve preservar as funções ecológicas das APPs, em especial a de proteção do regime hídrico.



Senador afirma que área rural garante a necessária produção de alimentos

Jayme Campos pede respeito para quem produz

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou a importância do Código Florestal para o setor produtivo, ressaltando que a nova legislação deve respeitar quem produz e levar em conta as futuras gerações.

– O peso do voto de cada senador decidirá o futuro deste setor da economia, que a despeito de tudo continua a alimentar o mundo – disse, destacando que Mato Grosso rejeita as previsões pessimistas segundo as quais a população cresce mais que a capacidade de produção de alimentos.

– O estado está invertendo essa equação pessimista – afirmou.



Senador sugere voto nas Cataratas do Iguaçu entre as maravilhas do mundo

Sérgio Souza destaca reunião na Usina de Itaipu

Sérgio Souza (PMDB-PR) chamou a atenção do Plenário para audiência realizada no interior da Usina Binacional de Itaipu pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas, que preside.

De acordo com o senador, a audiência teve mais de cem convidados e seis palestras “excelentes” sobre o consenso de que a energia gerada pela água é limpa, especialmente em relação à geração térmica a partir do carvão, do petróleo e do gás.

O parlamentar convidou ainda os brasileiros a votarem a favor das Cataratas do Iguaçu na eleição das maravilhas naturais do mundo, por meio do site www.votecataratas.com.

Polêmicas para a CMA

Por falta de acordo, as comissões de Reforma Agrária e de Ciência e Tecnologia deixaram de votar 17 emendas, que serão analisadas na de Meio Ambiente

EMENDAS NA CRA

- ▶ **2, de Sérgio Souza:** Requisitos para manutenção de atividades agrossilvopastoris, em APPs, às margens de cursos d’água.
- ▶ **5, de Sérgio Souza:** Instituição de programa de apoio financeiro para quem preservar; e pagamento por serviços ambientais.
- ▶ **9, de Ana Amélia:** Regras para proteção de áreas remanescentes de Mata Atlântica.
- ▶ **13, de Ana Amélia:** Responsabilidades pelo uso irregular do fogo, em terras públicas ou particulares.
- ▶ **14, de Ana Amélia:** Prioridade, na preservação de remanescentes de matas nativas, para áreas superiores a 100 hectares.
- ▶ **24, de Casildo Maldaner:** Exclusão do artigo 56 do projeto, para evitar “conflitos interpretativos” na regularização de atividades em APPs.
- ▶ **27, de Acir Gurgacz:** Permissão a proprietários com áreas excedentes de reserva que usem esse espaço para servidão ambiental.
- ▶ **29, de Acir Gurgacz:** Critérios para recomposição de APPs em áreas rurais consolidadas, às margens de cursos d’água.

EMENDAS NA CCT

- ▶ **35, de Eduardo Braga:** Preservação de encostas e topos de morros, em áreas urbanas, minimizando riscos de deslizamentos.
- ▶ **39, de Eduardo Braga:** Critérios para programa de apoio financeiro destinado a quem manter e recompor APPs e reservas.
- ▶ **40, de Eduardo Braga:** Critérios para cálculo do tamanho de reserva legal, para fins de recuperação ou compensação.
- ▶ **64, de A. C. Valadares:** Prazo de um ano, prorrogável uma só vez, para propriedades se enquadrarem na regularização ambiental.
- ▶ **65, de A.C. Valadares:** Suspensão de sanções por desmatamento só para quem aderir a programa de regularização ambiental.
- ▶ **75, de R. Rollemberg:** Formas para a recomposição de APPs localizadas em áreas rurais consolidadas, às margens de cursos d’água.
- ▶ **103, de Valdir Raupp:** Suspensão por dez anos de autorizações para supressão de florestas nativas na Amazônia Legal.
- ▶ **118, de R. Rollemberg:** Consolidação da vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, como reserva legal, apenas para propriedades de agricultura familiar que, à época, tinham 4 módulos fiscais.
- ▶ **119, de R. Rollemberg:** Critérios para manutenção de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas em APPs.

Estados fixarão atividades permitidas em áreas protegidas

Luiz Henrique (PMDB-SC) deve apresentar emenda ao projeto do novo Código Florestal estabelecendo que as atividades de baixo impacto ambiental permitidas numa área de preservação permanente (APP) serão definidas por leis estaduais (criadas a partir de proposta dos conselhos estaduais de Meio Ambiente).

Diante da diversidade de atividades de baixo impacto ambiental consolidadas no país, Luiz

Henrique considera a possibilidade de delegar às assembleias legislativas a responsabilidade

de criar leis para regularizar as excepcionalidades.

– O projeto de lei original te-

Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, em audiência da Comissão de Meio Ambiente



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: vago*
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges**, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Sérgio Souza • Gim Argello • Lídice da Mata • Jayme Campos • Jorge Viana • Anibal Diniz • Roberto Requião

* Vago em razão da posse de Cássio Cunha Lima no lugar de Wilson Santiago | ** Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Produtores rurais propõem que a indústria assuma parte dos custos ambientais decorrentes de atividades agrícolas vinculadas à produção industrial

Parceria para reparação de danos ambientais

EM DEBATE NA Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), representantes de grandes, médios e pequenos produtores rurais sugeriram que o novo Código Florestal, ou outro instrumento legal, crie vínculo de solidariedade entre agricultura e indústria no que se refere aos cuidados com o meio ambiente. Essa corresponsabilidade deveria ficar clara, por exemplo, nas chamadas cadeias de integração entre agricultura e indústria.

Para o diretor de Assuntos Econômicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Renato Conchon, se os fazendeiros realizam benfeitorias em suas propriedades em função das demandas das indústrias, os industriais deveriam dividir os custos da recuperação das áreas afetadas.

O secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, fez advertência sobre o fato de a indústria ter feito pouco para reduzir impactos ambientais nas propriedades rurais que realizam atividades compartilhadas. Um exemplo de equipamento básico para o bom andamento da produção agroindustrial com respeito ao meio ambiente é o biodigestor.

Nas cadeias de produção integrada, como a de aves, de frutas cítricas, de leite e de fumo, a indústria contrata com o agricultor ou pecuarista a compra futura de determinada quantidade de produtos *in natura* ou beneficiados. A garantia da comercialização do produto agropecuário oferece em muitos casos atrativo para os fazendeiros por causa da expectativa de renda futura livre das oscilações do mercado.

O debate foi realizado para discutir projeto de lei (PLS 330/11) de Ana Amélia (PP-RS) que trata da parceria de produção integrada agropecuária, estabelecendo condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras.



João Tomelin (E), Renato Conchon, senador Acir Gurgacz, Antoninho Rovaris e Carlos Alberto Sehn: preocupação em estabelecer regulação que beneficie todos os participantes da integração produtiva

Márcia Kolumbe/Senado Federal

Entidades sugerem ajustes em projeto de regulamentação

Entidades ligadas à agroindústria já começaram a apresentar sugestões a projeto de lei (PLS 330/11) de Ana Amélia que regulamenta os contratos de parceria de produção integrada no setor. As recomendações de ajuste foram feitas, ontem, em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), como relator. Para o senador, o objetivo da proposta de Ana Amélia é fortalecer a atuação do agricultor, para que ele tenha garantia de compra e de preço mínimo ao negociar a sua produção. O PLS 330/11 terá decisão terminativa na CRA.

Independentemente de questões pontuais, os representantes da CNA, da Contag e do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

(Sinditabaco) defenderam proposta que assegure ganhos a todos os participantes dessa integração agroindustrial.

– Para ser bom, é preciso que o sistema de integração entre produtor e indústria apresente vantagens para os envolvidos. No setor do tabaco, o produtor recebe assistência técnica e financeira, tem o transporte de produção custeado e garantia de venda integral da produção contratada. Ele deverá ter a certeza de que tudo o que produzir dentro daquele contrato de integração será comprado pela indústria integradora – observou Carlos Alberto Sehn, assessor do Sinditabaco.

Sehn considerou o PLS 330/11 uma iniciativa louvável, mas avaliou que, da forma como está redigido, o projeto está

mais focado nas cadeias produtivas de aves e suínos.

Em meio à discussão do novo Código Florestal, o secretário de Política Agrícola da Contag, Antoninho Rovaris, acredita que esses contratos de produção integrada precisam prever a responsabilização

compartilhada entre agricultores e indústrias na perspectiva de minimizar eventuais impactos ambientais da produção. Rovaris também apontou uma lacuna do projeto quan-

to à definição de parâmetro para formulação de preços ao produtor.

– Para nós, da agricultura familiar, não dá mais para ficar na gangorra do mercado. É preciso ter parâmetros mínimos de garantia de preço para dar sobrevivência a esse

público, que precisa ser integrado à indústria para sobreviver de forma mais digna – reivindicou, sugerindo a adoção do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar para referenciar valores de custeio e investimento.

Marco regulatório

Apesar de ressaltar a importância do projeto como um futuro marco regulatório para o setor, o presidente da Comissão Nacional de Assuntos Econômicos da CNA, Renato Conchon, expôs a ansiedade de alguns produtores quanto a eventual “engessamento” das parcerias de produção integrada já em andamento.

– A ideia não é essa e o projeto não vem a ser isso. Essa falta de regulação acarreta muitas quebras de contrato, além de problemas tributários e trabalhistas. Tanto os produtores quanto a indústria sofrem com isso – comentou.

Representantes da agroindústria defendem proposta que assegure ganhos às parcerias

Indústria rejeita preços mínimos na integração

A sugestão de Antoninho Rovaris, da Contag, para a inclusão de cláusula de preços mínimos para os produtores consorciados, não foi bem recebida por representantes da indústria. Carlos Alberto Sehn, do Sinditabaco, disse que essa atividade não tem acesso ao financiamentos do Programa Nacional da Agricultura Familiar e está submetida a preços internacionais e à influência do câmbio, entre outros fatores.

– Não há como fixar preços mínimos e submeter as empresas a risco falimentar – opinou.

A inclusão de parâmetros para a qualidade dos produtos, também sugerida por Rovaris, recebeu críticas. Os parâmetros serviriam para evitar critérios unilaterais das indústrias e, com eles, a depreciação dos preços

pagos. Waldemir Moka (PMDB-MS) argumentou que seria impraticável a lei se estender a esse tipo de detalhamento.

João Tomelin, que representou a CNI, destacou a forte presença da produção integrada na produção de carnes, especialmente suínos e frangos. Nesse segmento, o Brasil é hoje o terceiro maior produtor mundial, com mais de 12 milhões de toneladas anuais, sendo 3,8 milhões para o mercado externo. Mais de 80% da produção é pelo sistema de integração.

– Isso mostra que o sistema traz vantagens. Além de preservar o produtor das oscilações de mercado, torna a agricultura brasileira muito mais competitiva – avaliou Tomelin.

O diretor financeiro da União Nacional de Cooperativas da

Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Silvio Ney Monteiro, considerou que o projeto contém aspectos positivos, embora não seja solução para segmentos mais amplos da agricultura familiar, já que a produção integrada está focada basicamente nos segmentos de frango, suínos e leite.

O gerente jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Adriano Campos Alves, disse que a entidade assumiu neutralidade no debate sobre a regulamentação da produção integrada porque a integração entre cooperativas e suas associadas não será afetada pela legislação proposta. Ana Amélia confirmou que nesse caso as relações continuarão regidas pela legislação aplicável às sociedades cooperativas.

Moka pede agilidade legislativa para norma sobre associação

O vice-presidente da CRA, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), espera tramitação rápida no Senado do projeto que define o conceito e institui regras gerais aplicáveis aos contratos de produção integrada, em que produtores e indústrias se associam na criação de animais ou no cultivo vegetal. Com elogios à autora, Ana Amélia, ele disse que o país necessita dessa legislação e que proposta semelhante tramita na Câmara dos Deputados há 12 anos.

– Podemos acelerar esse projeto aqui, um texto que é uma grande contribuição da colega senadora. Na medida em que fizermos isso, estaremos “cutucando” a Câmara para também acelerar, o que seria muito be-

néfico para o setor – comentou.

Para dar celeridade, Acir Gurgacz, que preside a CRA e é relator do projeto na CCJ, anunciou que pretende assumir a relatoria quando a matéria chegar na Comissão de Agricultura.

Sérgio Souza (PMDB-PR) chamou a atenção para o problema da relação jurídica dos produtores consorciados com a Previdência Social, para efeito de aposentadoria. Disse que eles não são considerados produtores rurais, mas prestadores de serviços à indústria, enquadramento desfavorável que prejudica muita gente em seu estado e que precisa ser corrigido. Ana Amélia observou, no entanto, que essa questão precisa ser tratada em projeto de lei específico.

Senador diz que recentes denúncias de desvio de verba pública envolvendo organizações não governamentais criam na população "falsa impressão" de que todas são desonestas

Viana afirma que ONGs não são "sinônimo de corrupção"

JORGE VIANA (PT-AC) alertou para o risco de que as organizações não governamentais (ONGs) acabem se tornando "sinônimo de corrupção". Para o parlamentar, as recentes acusações de desvio de verba pública envolvendo essas entidades estão criando uma "falsa impressão".

Segundo o senador, é preciso lembrar o grande número de entidades que atuam em complementaridade ao Estado.

Dados do Ministério da Justiça apontam a existência de 5,3 mil ONGs cadastradas no país. Na prática, disse, o número total chegaria a 338 mil.

– Primeiro, eu queria deixar bem claro: defender ONG não é defender a corrupção. Aliás, defender ONG é defender o combate à corrupção. Isso porque, se a sociedade se organiza com transparência e cumpre o papel de fiscalizar e estabelecer



Jorge Viana diz que elaborará projeto que aumenta transparência de ONGs

claramente os interesses, nós temos, nesse envolvimento da sociedade organizada, uma cobrança sobre as organizações de Estado, que às vezes pecam

por falta de transparência – comparou.

Marco regulatório

Jorge Viana mencionou o tema em razão da realização de seminário internacional sobre as ONGs, no Palácio do Planalto, que teve como objetivo definir a base para um marco regulatório do setor.

O senador prometeu apresentar uma proposta para aperfeiçoar a legislação e aumentar a transparência do uso, pelas ONGs, de recursos repassados pelo governo e por cidadãos.

– Pretendo apresentar proposta para que, usando os mecanismos que temos hoje da mídia eletrônica, dos recursos da internet, em tempo real, os gastos possam ser colocados como declaração e os órgãos de controle possam fazer o acompanhamento da aplicação desses recursos – disse.

Mozarildo cobra leis que regulem organizações

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem a lentidão com que tramita na Câmara dos Deputados projeto destinado a criar um marco regulatório para as organizações não governamentais (ONGs). O senador lembrou que a proposta, sugerida no relatório final da CPI das ONGs, foi apresentada em 18 de fevereiro de 2003. E, desde agosto de 2007, está na Comissão de Segurança Social e Família da Câmara.

– Além de encaminhar as denúncias ao Ministério Público, acho que o principal papel da CPI das ONGs, primeiro, foi o de mostrar que não era verdade aquela história de que toda ONG era uma instituição sacrossanta, feita por cidadãos e cidadãs de boa vontade que



Senador lembra que projeto sobre o tema tramita na Câmara desde 2003

estavam lá só para prestar um serviço voluntário e sem nenhum fim lucrativo – afirmou o parlamentar.

Mozarildo assinalou que, nove anos depois da CPI, a relação entre ONGs e governo piorou.

– É preciso louvar a iniciativa da presidente Dilma de dar um freio de arrumação, suspender esses pagamentos e investigar tudo em todos os ministérios, a administração pública toda. Porque não é possível que um grupo de pessoas desonestas monte uma instituição, que vai passar a ser chamada de ONG, e passe a receber dinheiro público, inclusive com a finalidade explícita de ir para o bolso de alguém ou de alguma instituição partidária.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) disse que a situação exige do Congresso vigilância permanente.

Geovani quer corrigir situação de servidores dos ex-territórios



Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que regulariza a situação funcional de servidores públicos que trabalhavam nos ex-territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia.

Segundo ele, sua proposta preenche lacunas deixadas pela Emenda Constitucional 19/98 (Emenda da Reforma Administrativa). De acordo com o senador, apesar de ter sido feita "com boa intenção", a EC 19 permitiu diferentes interpretações no caso desses servidores. Alguns foram integrados aos novos estados. Outros, à União.

– Nada mais oportuno do que a aprovação imediata do projeto, visto que sua relevância dispensa mais argumentações. A questão da isonomia do serviço público constitui ponto central da proposição – afirmou.

Se aprovada, a PEC 55/11 permitirá aos servidores já contemplados pela emenda fazer a opção pelo vínculo com a administração federal ou com os estados em que trabalham.

Gim Argello comemora Dia Mundial da Ciência

Gim Argello (PTB-DF) registrou ontem a passagem do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado em 10 de novembro por iniciativa da Unesco. O senador disse que, como vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), não poderia deixar a data passar em branco.

– Quero aproveitar essa data especial para chamar a atenção para um trabalho formidável empreendido pela Unesco, que, desde 2011, celebra o Dia Mundial da Ciência, que é muito importante. Podemos até usar como modelo o leite de rosas. Para extrair um litro de leite de rosas, é preciso esmagar 5 mil rosas, mas, quimicamente, pode se fazer uma essência dentro do laboratório, sem ferir a nossa natureza – comparou.



Gim é vice-presidente da CCT

Casildo pede voto de pesar pela morte de ex-ministro



Senador recorda Dalpasquale

Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou requerimento solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-senador, ex-ministro da Agricultura no governo Itamar Franco e ex-deputado federal Dejandir Dalpasquale, ocorrido na quarta-feira, em Santa Catarina.

Casildo lembrou que Dalpasquale presidiu o MDB e o PMDB no estado por 20 anos. Também destacou sua atuação no ministério e a dedicação à organização de cooperativas.

Nascido em Encantado (RS), Dalpasquale foi vereador e prefeito de Campos Novos (SC), deputado estadual por duas legislaturas e deputado federal por Santa Catarina. Em 1981, como 1º suplente do senador Jaison Barreto, assumiu temporariamente uma cadeira no Senado.

Em 1993, assumiu o cargo de ministro da Agricultura. Foi também secretário de Agricultura de Santa Catarina durante a gestão de Casildo (1990 a 1991). Após deixar a política, exerceu a presidência da Organização das Cooperativas do Brasil.

Decisão de Neymar orgulha o Brasil, diz Anibal Diniz

Anibal Diniz (PT-AC) disse que a decisão de Neymar de recusar propostas de clubes europeus e continuar no Santos até 2014 combate "o complexo de vira-lata alimentado por muitos brasileiros".

Esse complexo, citado primeiramente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, consiste em dar valor a produtos e serviços estrangeiros e rechaçar a qualidade dos brasileiros.

Para o senador, a decisão do jogador do Santos mostrou que é possível ganhar visibilidade no futebol jogando no Brasil.

– Essa decisão é motivo de orgulho para mim, como amante de futebol e brasileiro que sou – afirmou.

Anibal Diniz afirmou que a decisão de Neymar foi notícia nos principais jornais da Europa, como o *Marca* (Espanha), o *Daily Mail* (Inglaterra), o *A Bola* (Portugal) e a *Gazzetta dello Sport* (Itália).

Peru

No mesmo pronunciamento, o parlamentar anunciou a realização de debate no próximo dia 21 sobre a ligação entre Brasil e Peru por meio da recém-inaugurada rodovia interoceânica que vai de Lima a Rio Branco.

A audiência será na Comissão



Senador diz que permanência do atleta combate "complexo de vira-lata"

de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e contará com a participação do presidente do Congresso da República do Peru, Daniel Abugattás.

– É uma realidade absolutamente nova – afirmou, lembrando que a rodovia encurta o caminho dos produtos brasileiros para a Ásia.

O senador também falou sobre debate com autoridades e historiadores italianos, na CRE, sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na 2ª Guerra Mundial.

O parlamentar cobrou reconhecimento dos "soldados da borracha", que foram explorar seringueiras na Amazônia Ocidental em situação precária.

Anibal disse que, enquanto morreram 500 brasileiros na campanha da Itália, calcula-se que de 45 mil a 50 mil morreram na exploração da borracha. Ele foi apertado por Eduardo Suplicy (PT-SP).



Neymar, que anunciou antontem que não trocará o Brasil pela Europa